

As lutas que travaremos em 2024

Vem aí, a Campanha Nacional

Por José Ferreira

O ano de 2023 começou de forma tensa para a maioria dos brasileiros e brasileiras. Mesmo elegendo o Governo Lula, comprometido com a normalidade democrática e o atendimento às demandas dos trabalhadores, em particular da parcela mais empobrecida da sociedade, a democracia foi severamente ameaçada com o ato da extrema direita bolsonarista de 8 de janeiro, um dia que ficará marcado em nossa história pela tentativa de golpe, mas também pela firme resistência das instituições.

Na eleição parlamentar, o que vimos foi a formação de uma maioria no Congresso Nacional que vem atuando na defesa dos interesses conservadores das oligarquias, sobretudo das burguesias financeira e agrária, o que tem dificultado a retomada dos direitos por parte dos trabalhadores.

Para nós, bancários e bancárias, foi um ano de enfrentamento e de enormes desafios. Nos bancos públicos, buscamos soluções para os programas de assistência à saúde e, nos bancos privados, a luta foi de resistência pela manutenção dos empregos, além do firme



combate ao processo de digitalização. O assédio moral e institucional, que tem ocorrido nas cobranças pelo atingimento de metas abusivas, foi intensamente combatido tanto nos bancos privados quanto nos públicos. A luta contra o adocimento de grande parte da categoria, provocado por todo esse processo, tem

exigido do Sindicato uma atuação firme, em particular de nossas secretarias jurídica e de saúde, além de nossas atividades de rua com denúncias aos clientes e a população. O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro tem sido obstinado e exitoso no trabalho de reintegração de companheiras e companheiros demitidos, muitas vezes em plena licença para tratamento de saúde.

Esperanças em 2024

Em 2024, o compromisso é continuar atuando em defesa da saúde, do emprego e de novos concursos públicos para categoria bancária. Mas vamos nos mobilizar também para que o governo adote medidas macroeconômicas que gerem mais empregos e aumentem a renda da classe trabalhadora.

2024 é ano de Campanha Nacional dos Bancários e Bancárias e os desafios colocados, mais uma vez, são a manutenção da unidade da categoria e a renovação da disposição de luta para garantir direitos e novas conquistas para a nossa Convenção Coletiva Nacional e os acordos coletivos de trabalho.

José Ferreira - Presidente do Seeb-Rio

Feliz Ano Novo, de novas realizações e conquistas. O Sindicato está junto com você!

Empregados aprovam em assembleia acordo com o BNDES

Em assembleia virtual de 9 às 20 horas da última quinta-feira (21/12) os empregados do BNDES aprovaram a proposta gerada dentro de um grupo de trabalho paritário e depois aprovada pela diretoria do banco. A proposição foi aprovada por 1.742 votos, 76,40% do total de 2.280 votantes.

Vinícius de Assumpção, vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contra-CUT), parabenizou os empregados pela decisão que classificou como madura. “A Comissão de Negociação foi muito firme na luta pela garantia do direito adquirido, preservando o plano de saúde nas condições atuais, um plano gratuito. Impedimos qualquer coparticipação e mensalidade que é uma conquista histórica do funcionalismo do BNDES. As

únicas modificações foram o reembolso casal e o congelamento do acesso dos genitores dos empregados ao plano”, afirmou.

Para Arthur Koblitz, presidente da Associação de Empregados do BNDES (AFBNDES), esse processo negocial derrotou a proposta que o banco queria implementar da coparticipação e da mensalidade. “A grande participação do funcionalismo do BNDES confirmou a estratégia negocial que tínhamos em mesa. E o resultado final disso foi arrancar o reajuste do ano passado e manter os direitos adquiridos do plano de saúde preservados. Foi uma grande vitória”, afirmou.

Além do acordo, o banco se comprometeu a apresentar, no período de um ano, um novo plano, este com mensalidade, mas apenas para quem desejar migrar. O atrativo é obter o pós-emprego



Vinícius de Assumpção parabenizou os funcionários do BNDES por aprovar na assembleia, por ampla maioria, o acordo com a empresa

(plano de saúde para os que se aposentarem pela aposentadoria

complementar da FAPES sem o INSS).

“Aprovamos também as cláusulas sindicais, que fortalecem a associação, sindicato, federações e a confederação, mas que tinham sido retiradas pelo governo Bolsonaro, resgatando o direito a reuniões, utilização de auditório e retorno ao desconto na folha de pagamentos”, explicou Vinícius.

Acrescentou que, pelo acordo, o BNDES se compromete a pagar retroativamente o reajuste do ACT passado, que o governo anterior sonheou, de cerca de 5% de forma retroativa. “A assembleia dos aposentados teve baixo quórum e acabou rejeitando a proposta. Os aposentados não tinham reajuste a receber em virtude do fim da paridade. Agora temos que ver como ficará esta questão”, disse o dirigente.

Lugar de bancária e bancário aposentado é no Sindicato

Reunião no auditório da entidade marca a volta das atividades do Departamento dos Aposentados

Aposentadas e aposentados da categoria bancária se reuniram na tarde do último dia 11 de dezembro, numa quarta-feira, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio para debaterem sobre plano de saúde e esclarecerem dúvidas sobre a revisão da vida toda. A vice-presidenta do Bancários Rio, Kátia Branco, falou sobre a retomada do departamento dos aposentados.

“A pandemia da Covid19 nos afastou temporariamente, mas aos poucos estamos voltando. A reunião de hoje foi um passo importante para essa retomada. Através da nossa mobilização, esperamos que, no próximo ano, a gente possa ter mais atividades e reorgani-



Os aposentados encheram o auditório do Sindicato e, em 2024, terão seu Departamento voltando com toda a força

zar o departamento de aposentados, de acordo com a nossa realidade e com o que foi tratado aqui”, afirmou.

“Estamos aqui hoje para sa-

ber as condições do aposentado bancário, o que ele enfrenta e o que o Sindicato pode fazer para defender os nossos interesses, acrescentou Fernanda

Carisio. Além dos(as) dirigentes sindicais, a reunião contou com a presença de advogados do Bancários Rio para esclarecer as dúvidas da categoria tais como a Revisão da Vida Toda. O encontro foi encerrado com muita descontração e alegria. A confraternização teve boa música, cerveja gelada, salgadinhos, sucos e refrigerantes, além de sorteio de livros.

“Lugar de aposentado é no Sindicato e em nossa Sede Campeste, participando ativamente das lutas da categoria e confraternizando nas festas e eventos”, concluiu Kátia. Os diretores do Sindicato, Ronald Carvalhosa e Cleyde Magno também participaram do evento.

O Sindicato junto com você 365 dias por ano

Para o novo ano será ainda mais fundamental elevar o número de sindicalizados, fortalecer as lutas e avançar na conquista de mais direitos para a categoria

Fotos: Nando Neves



Há mais de um ano, os dirigentes sindicais do Bradesco realizam protestos no Rio em defesa do emprego e da saúde dos bancários



Maria Izabel, diretora do Sindicato e COE do Itaú: banco dispensa, assedia e adoce funcionários



A COE do Santander denunciou problemas comuns nos bancos privados: fechamento de agências, dispensas e adoecimento por metas



No Banco do Brasil, o BB Black foi marco na luta da categoria contra o racismo e em defesa da igualdade de oportunidades



O diretor da Secretaria de Cultura do Sindicato, Gilberto Leal, comemorou o sucesso das festas e eventos esportivos e culturais da Sede Campestre, como da Consciência Negra



O Departamento Jurídico do Sindicato (Adriana Nalesso, à esquerda) em parceria com a Secretaria de Saúde da entidade (Edelson Figueiredo) garantiu a reintegração de dezenas de bancárias e bancários



A luta em defesa do Saúde Caixa e pelo fim do teto e da CGPAR 42 vai continuar em 2024



O vice-presidente da Contraf-CUT, Vinicius de Assumpção, em mais um protesto dos bancários e demais categorias contra os juros altos e a sabotagem de Campos Neto

BOA NOTÍCIA

Negociações avançam entre sindicatos e o governo Lula para revogar CGPAR 42

Tema é uma reivindicação dos trabalhadores de estatais e prazo estabelecido para a criação de uma nova resolução é o dia 1º de março de 2024

O novo ano de 2024 pode chegar com uma notícia positiva para uma parcela dos trabalhadores. A comissão formada por representantes do movimento sindical e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), do Ministério do Orçamento da Gestão e Inovação (MGI), do governo Lula, voltou a se reunir na quarta-feira passada (20) para discutir a redação da nova resolução que vai substituir a CGPAR 42 (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União). A atual resolução, criada no governo de Michel Temer (MDB), estipula que o custeio com a saúde dos empregados das estatais tem que ser dividido pela metade (50/50) entre empresas e trabalhadores. A reivindicação dos sindicatos é que a resolução seja revogada e um novo texto, sem a estipulação deste teto, seja criada. O teto é ainda prejudicial para os empregados de estatais e inviabiliza o acesso destes trabalhadores ao modelo solidário e sustentável de assistência médica e hospitalar.

PRINCÍPIOS ACORDADOS

O diálogo entre governo e o movimento sindical tem avançado. Na reunião, a Sest apresentou os princípios acordados entre as partes para a edição do novo texto. O principal deles é a liberdade para que os sindicatos das categorias possam negociar livremente os acordos coletivos com as empresas.

“Estamos avançando para eliminar esta resolução que cerceia uma série de direitos dos trabalhadores”, destacou o presidente da

Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Sergio Takemoto, em matéria do site da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro)

A Fenae e a Contraf-CUT representam as bancárias e bancários de bancos públicos, ou com participação societária do Estado, na comissão. A Confederação da categoria foi representada pela coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CCE), Fabiana Uehara Proscholdt.

PELO FIM DO TETO

Takemoto lembrou que além de impor limite de 50% no custeio das empresas públicas aos planos de saúde, a resolução 42 também altera autonomia das empresas sobre a concessão de adicional de férias, horas-extras, quinquênios e a incorporação de função na remuneração de seus empregados.

PREJUDICIAL A TODOS

A Sest concordou que o engessamento nas negociações imposto pela CGPAR 42 é prejudicial tanto para as empresas quanto para o governo. E ponderou que o novo texto não pode colocar em risco nem comprometer os orçamentos das estatais e da União.

Outra aspecto importante na edição do novo normativo é o fortalecimento da negociação das empresas com as entidades sindicais, com a instrução dos procedimentos por instâncias decisórias, como o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria



Trabalhadores de estatais, inclusive bancos públicos, realizaram protestos em nível nacional pela derrubada da CGPAR 42

Executiva. A preservação de benefícios e melhores condições também são aspectos a serem contemplados no texto.

PRÓXIMAS REUNIÕES

As próximas reuniões para tratar do tema serão nos dias 11, 24 e 31 de janeiro; 7 e 20 de fevereiro. O encontro do dia 11 de janeiro será no Rio de Janeiro e vai debater as propostas de texto das duas partes que compõem a comissão. O prazo para a nova resolução está mantido para o dia 1º de março.

Assembleia remota sobre Saúde Caixa será no dia 16 de janeiro

Nova votação será para bases que não aprovaram a proposta do acordo, como é o caso do Rio de Janeiro

Sindicatos que não aprovaram a proposta para o Saúde Caixa nas assembleias do dia 5 de dezembro de 2023, farão uma nova votação junto às suas bases no dia 16 de janeiro de 2024, como é o caso do Rio de Janeiro, como orientação da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro). A votação será por meio virtual, através do aplicativo Vota Bem e acontecerá das 9h às 20h. O atual aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico do Saúde Cai-



xa tem vigência somente até o final deste mês. Cerca de 74% das bases sindicais da Caixa já aprovaram o novo aditivo, que terá validade por dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2024.

ESCLAREÇA SUAS DÚVIDAS

Entre em nosso site (www.bancarios-rio.org.br) e saiba como tirar suas dúvidas sobre a proposta do Saúde Caixa, com informações da Contraf-CUT.